



Câmara Municipal de Pradópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

C.M.P. 22/AGO/2017 11:09 000005683

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer ao Projeto de Resolução nº 005, de 07 de agosto de 2017, de autoria do Poder Legislativo, que institui o sistema de compensação de carga horária semanal, o sistema de flexibilização de jornada diária de trabalho e o banco de horas no âmbito do serviço público da Câmara Municipal de Pradópolis/SP e dá outras providências.

I – Relatório

A Mesa Diretora desta Casa Legislativa propõe a instituição do sistema de compensação de carga horária semanal, do sistema de flexibilização de jornada diária de trabalho e do banco de horas no âmbito do serviço público legislativo do Município.

Segundo sua mensagem, o projeto de resolução em apreço visa regulamentar o acúmulo de horas eventualmente trabalhadas pelos funcionários efetivos do quadro permanente desta Casa de Leis, perante a impossibilidade de acréscimo salarial, além de conferir maior flexibilidade para que os departamentos internos possam utilizar-se dos recursos humanos disponíveis de forma mais eficiente, conforme as demandas e atribuições de cada função e com respeito às normas legais vigentes.

A mensagem do projeto foi lida no expediente da sessão ordinária do dia 09 de agosto de 2017.

II – Análise

Primeiramente, não se verifica qualquer inconstitucionalidade ou ilegalidade formal no projeto em apreço, uma vez observadas as disposições dos artigos 38 e 48 da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 95 do Regimento Interno, no que tange à iniciativa exclusiva da Câmara Municipal para projetos de resolução que disponham sobre a regulação e organização de seus serviços administrativos.

Quanto ao mérito, ressalta-se que a instituição dos referidos sistemas visa regulamentar e regularizar o acúmulo de horas excedentes de trabalho pelos funcionários efetivos do quadro permanente desta Câmara, em vista da ausência de previsão legal acerca do pagamento de horas extras para tais funcionários e ante a possibilidade de compensação de horários garantida pelos artigos 7º, XIII, e 39, §3º, ambos da Constituição Federal de 1988.

Ademais, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo já reconheceu como conduta legítima da Administração a implantação de sistema do tipo “banco de horas” para a compensação futura de horas trabalhadas além da jornada normal de trabalho, sendo que, no caso de funcionário público regido pelas normas da Consolidação das Leis Trabalhistas, a instituição de tal sistema deve realizar-se com assistência sindical (conforme Apelação nº 3007461-56.2013.8.26.0344).

Nesse sentido, no que tange à validade da implantação dos sistemas pretendidos, recomenda-se que, após aprovado, o conteúdo do projeto em análise seja encaminhado ao sindicato ao qual estão vinculados os funcionários desta Casa Legislativa, para a devida ciência e homologação.



Câmara Municipal de Pradópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Não obstante, para fins de maior detalhamento e melhor disposição legal dos referidos sistemas, bem como inserir formulário de solicitação de autorização ao Anexo do projeto, este relator entende que o projeto necessita de algumas alterações e acréscimos normativos, apesar de não apresentar qualquer incongruência lógica, gramatical ou textual.

III – Voto

Em face do exposto, com base na combinação dos artigos 59, §4º e 99, §5º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, e considerando a necessidade de maior detalhamento e melhor disposição legal dos sistemas de compensação e de flexibilização de horas de trabalho a serem instituídos no âmbito desta Câmara, voto pela aprovação do referido projeto de resolução com a emenda modificativa proposta em anexo.

Sala das Comissões, 15 de agosto de 2017.

DANIEL DE SOUZA SILVA

Relator





Câmara Municipal de Pradópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO

PROPOSTA DE EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 005, DE 07 DE AGOSTO DE 2017

Altera dispositivos do Projeto de Resolução nº 005, de 07 de agosto de 2017, de autoria da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Pradópolis/SP.

A Comissão de Justiça e Redação da Câmara Municipal de Pradópolis/SP, nos termos do artigo 36 da Lei Orgânica do Município de Pradópolis e dos artigos 90, VII, e 99, §4º do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pradópolis, propõe a seguinte Emenda ao texto legal:

Art. 1º Fica suprimido o inciso VI do artigo 2º do Projeto de Resolução nº 005, de 07 de agosto de 2017.

Art. 2º Os incisos II, III, IV e V do artigo 2º do referido Projeto passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

(...)

II – Sistema de compensação de carga horária semanal: ajuste escrito anexo ao contrato de trabalho, instituído individual ou coletivamente, que estipula a possibilidade de aumento da jornada de trabalho em um dia pelo correspondente decréscimo em outro, *em decorrência de situações esporádicas*, sem ensejar jornada extraordinária e o pagamento de horas extras.

III – Sistema de flexibilização de jornada diária de trabalho: ajuste escrito anexo ao contrato de trabalho, instituído individual ou coletivamente, que adapta a jornada diária de trabalho, *por período determinado, sem redução*, a fim de conciliar os interesses e as necessidades do funcionário e da Câmara Municipal, sem ensejar jornada extraordinária e o pagamento de horas extras.

IV – Extensão de jornada: horas trabalhadas além da jornada regular por interesse da Câmara ou necessidade pessoal do servidor, mediante *requerimento do funcionário e autorização* da Presidência da Câmara, a serem computadas em regime de banco de horas;



Câmara Municipal de Pradópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

V – Jornada extraordinária: horas trabalhadas que superam a jornada regular de trabalho, conforme interesse ou necessidade da Câmara e mediante prévia *autorização ou convocação* de seu Presidente, em casos excepcionais de excesso de trabalho cuja execução não seja possível durante a jornada regular, ensejando o pagamento de horas extras.”

Art. 3º Fica suprimido o parágrafo único do artigo 3º do Projeto de Resolução.

Art. 4º O caput do artigo 3º do Projeto passa a vigorar com a seguinte redação, e fica acrescido dos seguintes parágrafos 1º, 2º e 3º:

“**Art. 3º** A extensão de jornada para fins do sistema de compensação *da carga horária semanal* e do banco de horas somente serão admitidos quando presente o interesse institucional em sua realização e não prejudique o funcionamento normal das atividades da Câmara Municipal, bem assim não seja ultrapassado o limite máximo de 02 (duas) horas diárias trabalhadas, *além da jornada normal do servidor.*”

§ 1º O regime de compensação *da carga horária semanal* e o banco de horas dependerão de autorização da chefia imediata, ou diretamente pela Presidência da Câmara, bem como devidamente comunicados ao Departamento de Administração e Recursos Humanos para registro e controle, por intermédio de formulário próprio (*Anexo*), salvo situações excepcionais, nas quais a autorização dar-se-á posteriormente.

§ 2º *Nos casos de ausência do servidor em decorrência de evento futuro e certo, a reposição das horas deverá ocorrer antecipadamente, a pedido do funcionário, por intermédio de formulário próprio (Anexo), com autorização da chefia imediata, ou da própria Presidência da Câmara, e comunicação ao Departamento de Administração e Recursos Humanos.*

§ 3º *Nos casos de ausência não vinculada a evento futuro e certo, a sua reposição poderá ocorrer posteriormente, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, seguindo o procedimento previsto no parágrafo anterior.”*

Art. 5º O caput; os incisos I e III; e o §2º, todos do artigo 4º do Projeto de Resolução, passam a vigorar com as seguintes redações:

“**Art. 4º** *As horas excedentes realizadas nos termos do inciso IV do art. 2º desta Resolução, registradas no banco de horas, serão compensadas em folgas na seguinte proporção:*

I – as horas excedentes trabalhadas até as 22 (vinte e duas) horas serão compensadas na mesma proporção, *observada a jornada regular semanal do cargo;*

(...)



Câmara Municipal de Pradópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

III – as horas excedentes trabalhadas aos domingos e feriados serão compensadas em dobro.

(...)

§ 2º Toda extensão de jornada que ultrapassar 10 (dez) minutos além da jornada normal diária prevista deverá ser autorizada pela chefia imediata, *sob pena de ser desconsiderada.*

Art. 6º O *caput* e o §1º do artigo 5º do Projeto passam a vigorar com as seguintes redações, e aquele fica acrescido do seguinte §3º:

“Art. 5º A compensação das horas acumuladas no banco de horas, *ou a reposição das horas em débito*, deverá ocorrer obrigatoriamente no prazo máximo de 01 (um) ano após a execução das horas excedentes.

§ 1º No caso de negativa da Administração para concessão da folga, se as horas de trabalho acumuladas não forem compensadas no prazo do *caput*, serão automaticamente convertidas em jornada extraordinária, tendo direito o funcionário ao recebimento das horas extras com os devidos acréscimos legais, em pecúnia, no mês subsequente, *decorrido um ano da sua realização.*

(...)

§ 3º *As horas em débito não repostas no prazo estipulado no § 3º do art. 3º desta Resolução serão devidamente descontadas dos vencimentos do funcionário.*

Art. 7º O *caput* e o parágrafo único do artigo 6º do Projeto passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 6º No sistema de *flexibilização da jornada diária*, o horário de trabalho do funcionário poderá ser flexibilizado pela chefia imediata do Departamento ao qual está vinculado, com anuência da Presidência da Câmara, por período determinado, a pedido do servidor e no interesse da Câmara, observando a necessidade e a demanda da atividade exercida e do referido Departamento.

Parágrafo único. Nos casos de *flexibilização da jornada diária de trabalho*, o ajuste dar-se-á por acordo individual escrito, acordo coletivo ou convenção coletiva, sem prejuízo da aplicação do regime de banco de horas.”

Art. 8º O inciso IV do artigo 7º do Projeto de Resolução passa a vigorar com a seguinte redação:



Câmara Municipal de Pradópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

“Art. 7º
(...)

IV – assinatura do funcionário e da chefia imediata *ou do Presidente da Câmara.*”

Art. 9º O artigo 8º do Projeto passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º Na hipótese de desligamento ou de aposentadoria do funcionário desta Casa, as horas *excedentes não compensadas serão indenizadas, ou descontadas, no caso de horas em débito*, nos termos da legislação trabalhista vigente.”

Art. 10 O artigo 9º do Projeto passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º Não estarão submetidos ao regime de banco de horas e serão computados como jornada extraordinária os casos definidos e autorizados prévia e expressamente pela Presidência da Câmara, *nos termos do inciso V do artigo 2º desta Resolução.*”

Art. 11 O artigo 12 do Projeto de Resolução passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12 *Os casos omissos nesta resolução serão decididos pelo Departamento de Administração e Recursos Humanos, com anuência da Presidência da Câmara.*”

Art. 12 O artigo 13 do Projeto passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13 *Os funcionários que já apresentarem horas de trabalho acumuladas quando do início da vigência da presente Resolução deverão compensá-las no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua publicação, ressalvada a hipótese prevista no § 2º do artigo 3º.*”

Art. 13 Os artigos 14 e 15 do Projeto passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 14 *As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.*


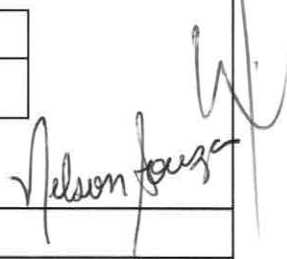
Art. 15 *Esta resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.*”



Câmara Municipal de Pradópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 14 O Projeto de Resolução nº 005/2017 fica acrescido do seguinte Anexo:

 FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO										
Nome: _____										
Cargo: _____										
Departamento: _____										
<input type="checkbox"/> Compensação de horas de trabalho excedentes (banco de horas).										
<table border="1"><thead><tr><th>Total de horas acumuladas</th><th>Data/período de compensação</th><th>Horário</th></tr></thead><tbody><tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr></tbody></table>					Total de horas acumuladas	Data/período de compensação	Horário			
Total de horas acumuladas	Data/período de compensação	Horário								
<input type="checkbox"/> Flexibilização da jornada diária de trabalho.										
Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira						
* Ajuste por meio de acordo individual escrito, acordo coletivo ou convenção coletiva.										
<input type="checkbox"/> Reposição de horas de trabalho.										
<table border="1"><thead><tr><th>Total de horas em débito</th><th>Data/período de compensação</th><th>Horário</th></tr></thead><tbody><tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr></tbody></table>					Total de horas em débito	Data/período de compensação	Horário			
Total de horas em débito	Data/período de compensação	Horário								
<input type="checkbox"/> Reposição <u>antecipada</u> de horas de trabalho.										
										
Data/período de ausência:										
Total de horas para reposição:										
Data/período e horário de reposição:										
<input type="checkbox"/> Conversão de extensão de jornada em banco de horas.										
Total de horas trabalhadas:										
Data/período da extensão de jornada:										
Justificativa:										
Pradópolis, ____ de ____ de ____.										
Solicitante: _____										
<input type="checkbox"/> AUTORIZADO <input type="checkbox"/> NÃO AUTORIZADO Chefia imediata/Presidente: _____										
* Com motivação										



Câmara Municipal de Pradópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 15 Esta Emenda Modificativa entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE PRADÓPOLIS
De 15 de agosto de 2017.


FABIO PEREIRA DA COSTA
Vice-Presidente


DANIEL DE SOUZA SILVA
Presidente


NELSON CANDIDO DE SOUZA
Membro





Câmara Municipal de Pradópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DO RELATOR

Parecer da Comissão de Justiça e Redação

Nº 048/2017

A Comissão de Justiça e Redação, em sessão de 18 de agosto de 2017, opinou unanimemente pelas constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Resolução nº 005, de 07 de agosto de 2017, de autoria da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Pradópolis/SP, mediante a proposição de emenda modificativa.

Estiveram presentes os Senhores Vereadores Daniel de Souza Silva, Fabio Pereira da Costa e Nelson Cândido de Souza.

Sala das Comissões, 18 de agosto de 2017.



DANIEL DE SOUZA SILVA

Relator e Presidente da Comissão



FABIO PEREIRA DA COSTA

Vice-Presidente



NELSON CÂNDIDO DE SOUZA

Membro

